

Cândida Cadavez

Doutorada em Estudos de Literatura e de Cultura, docente na ESHTE e investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura e no Instituto de História Contemporânea.

Campo de Golfe do Estoril

[AHMCSC
AEMP/HPL
A/001/076]



ANTÓNIO FERRO, UM ANFITRIÃO NA COSTA DO SOL NOS PRIMÓRDIOS DO ESTADO NOVO

Cândida Cadavez

1. Avant propos

No âmbito da evocação devida a Fausto de Figueiredo e ao seu precioso legado no espaço outrora designado por Costa do Sol, urge identificar e recordar o simbolismo político atribuído a esse lugar nos primórdios do Estado Novo português. Neste contexto, António Ferro surge como uma personagem incontornável, quer pelo protagonismo que encarnou nos primeiros anos do regime de Salazar, nomeadamente graças à sua intervenção no setor do turismo, quer pela ligação próxima e pessoal que sempre o uniu, bem como a toda a família Quadros Ferro, a este espaço.

2. António Joaquim Tavares Ferro

Quem foi, afinal, este homem, jornalista, escritor, dramaturgo, político e, ousando utilizar uma nomenclatura mais contemporânea, um verdadeiro empreendedor *avant la lettre*? Trata-se do agente escolhido pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, para dirigir os órgãos oficiais da propaganda do regime, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), entre 1933 e 1949. Ao longo desses dezasseis anos foi solícita e apaixonada a dedicação que António Ferro dirigiu às inúmeras atividades que visavam a divulgação de elementos da *cultura nacional*, assim designada segundo os padrões ideológicos do Estado Novo, muitos deles replicados no setor turístico, nomeadamente em momentos relacionados com a criação de uma rede de pousadas, ou através das diversas atividades que Ferro agenciou no sentido de se regulamentar a atividade turística ou de se recuperar representações culturais, em moldes, por vezes, discutíveis, é certo, mas que, apesar disso, continuam hoje em dia a ser reproduzidas, nomeadamente em práticas de turismo.

António Ferro nasceu no ano de 1895 e faleceu em 1956. Era filho de comerciantes alentejanos republicanos e cedo terá despertado para a oratória por influência dos muitos discursos que ia ouvindo a António José de Almeida (vd. Guerra, 2002: 46). A sua obra foi considerada por alguns como um verdadeiro atentado à moral, mas terá sido essa mesma crítica feroz o primeiro impulsor para que se tivesse tornado uma figura pública (vd. *ibidem*: 48). A biografia de António Ferro disponível no sítio eletrónico da Fundação António Quadros – Cultura e Pensamento refere mais de cinquenta títulos que incluem obra publicada e textos inéditos, produzidos a partir do ano de 1921. Das vinte e uma edições datadas até ao ano de 1932, i.e. o ano em que “entrevistou” Salazar e que antecedeu a sua nomeação como diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, cumpre destacar três títulos. O primeiro é uma edição de autor de 1918 intitulada *O Ritmo da Paisagem*, na qual são evidentes exemplos da estética ruralista e popular inúmeras vezes repetida por Ferro em contextos de oratória turística. *Viagem à Volta das Ditaduras*, uma publicação do ano de 1927, com prefácio de Filomeno da Câmara, reunia uma série de entrevistas e reportagens feitas em Itália, Espanha e Turquia a figuras como Garibaldi, Mussolini, ou Primo de Rivera, e poderá ter servido de motivação a Salazar para a realização das célebres “conversas” de 1932. Por último, recorde-se as três edições de *Leviana* (1921, 1923 e 1929), um texto que provocou escândalo à época, devido à ousadia dos temas abordados.

Os dezoito títulos datados do período em que dirigiu o SPN e o SNI incluem fundamentalmente a edição, pela Empresa Nacional de Publicidade, das “entrevistas” e as suas inúmeras traduções, assim como publicações mais específicas, muitas delas incluídas na coleção “Política do Espírito” lançada pelos secretariados, sobre a Política do Espírito, as artes modernas, o Museu de Arte Popular, e ainda a emblemática coletânea *Turismo, Fonte de Riqueza e de Poesia*.

A vida de António Ferro deve ser celebrada pelo seu cariz multifacetado e interventivo, no qual a cultura e a política terão sido motivações sempre constantes. Aos vinte e dois anos António Ferro era já o editor da revista *Orpheu*, e foi nesse mesmo ano de 1917 que partiu para Angola como oficial miliciano, interrompendo um curso de Direito que não viria a concluir. No ano seguinte, foi nomeado Secretário-geral do Governo português em Angola, e em 1919 regressou a Lisboa, tendo-se tornado analista político de *O Jornal*. No início da década de Vinte, iniciou uma carreira de repórter internacional ao serviço de *O Seculo*, tendo sido nesse âmbito que se encontrou com o poeta Gabriel D’Annunzio. A sua atividade jornalística intensificou-se por essa ocasião e, ainda em 1920, começou a assinar como crítico teatral e literário do jornal *Diário de Lisboa*.

No ano seguinte, Ferro foi nomeado diretor da revista *Ilustração Portuguesa*, onde evidenciou alguns dos traços que mais tarde caracterizariam a gestão que viria a fazer do SPN e do SNI, nomeadamente pelo protagonismo atribuído a questões relacionadas com a cultura popular portuguesa, como referido anteriormente. No cumprimento desta tarefa acompanharam-no alguns intelectuais modernistas, como Almada Negreiros, Cottinelli Telmo, Stuart de Carvalhais, Eduardo Viana, Francisco Franco e Henrique Franco. Conviveu também com Sá-Carneiro, Fernando Pessoa e Alfredo Guizado,

tendo, nesse contexto, retomado as atividades literárias e culturais, em detrimento das tarefas jornalísticas que lhe haviam ocupado os últimos tempos Assim, em 1925 fundou o Teatro Novo com a colaboração de Leitão de Barros e de José Pacheco, antigo responsável gráfico da revista *Orpheu* e diretor da revista *Contemporânea*.

No mesmo ano em que publicou *Viagem à Volta das Ditaduras*, em 1927, visitou os Estados Unidos, num périplo a que António Ferro jamais afastaria das suas memórias. Em 1931 fundou o Sindicato Nacional da Crítica e organizou, em Lisboa, o IV Congresso da Crítica Dramática e Musical, que contou com a presença de Pirandello, Robert Kemp, Fabre Le Bret e Gerard Bauer, entre outros. Os congressistas foram acolhidos como verdadeiros turistas, tendo-lhes sido proporcionada uma noite de fados em Alfama e um passeio ao Estoril, em comboio fretado para o efeito.

1932 foi inquestionavelmente um ano decisivo no percurso público e político de António Ferro, e ficará marcado como o ano da sua rendição ao Salazarismo (vd. Guerra, 2002: 58). De acordo com Cidalisa Guerra, essa capitulação, materializada nas “entrevistas” a António de Oliveira Salazar, teria resultado do cansaço decorrente do ambiente sociopolítico que grassava no país no período que se seguiu à morte de Sidónio Pais, de quem Ferro era admirador reconhecido. O jornalista António Ferro ter-se-á deixado fascinar por Salazar por vislumbrar no político alguém que conseguiria transmitir aos portugueses os elementos necessários ao renascimento da autoestima perdida, indispensável ao relançamento de sentimentos de glória e orgulho da nação (vd. *ibidem*: 59-60). A título de agradecimento pela eficácia da difusão feita, ou como resultado de adivinhar neste homem um potencial braço direito que se adequaria ao tipo de divulgação ideológica que pretendia para a “Nação”, Salazar nomeou António Ferro diretor do órgão oficial da propaganda do Estado Novo, o SPN, por decreto de setembro de 1933.

Independentemente da real motivação, certo é que as já referidas “entrevistas” terão servido para que Ferro se tornasse num dos homens de confiança do Presidente do Conselho, o qual o terá usado para “a comunicação, para a apresentação e para a decoração do regime” (Portela, 1987: 54). Ferro acabou, assim, por manter esta função até 1949, quando o Secretariado de Propaganda Nacional já se tinha tornado o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo havia cinco anos.

A criação do Teatro do Povo, um teatro ambulante dirigido por Francisco Lage e Francisco Ribeiro, que percorreu o país durante alguns anos, antes de se ter tornado o Teatro Nacional Popular, conferiu a António Ferro mais uma ocasião para louvar um alegado espírito popular tão caro ao regime. No discurso inaugural da companhia, ocorrida em 15 de junho de 1936, Ferro advogou que o teatro fora obra do povo que, por seu intermédio, exprimia a sua alegria e a sua tristeza. No contexto de renovação do Estado Novo, o Teatro do Povo era a “própria respiração do regime, porque são os gestos e pensamentos indispensáveis à vida” (Ferro, 1936). Neste discurso de onze páginas rasuradas pode ler-se ainda acerca das intenções de espalhar ensinamento, alegria e poesia pelas aldeias e lugarejos, e do modo como esta iniciativa representava uma clara evidência de

que os governantes pensavam no povo, “depois do «pão nosso de cada dia» - o sonho vosso de cada noite!” (Ferro, 1936).

A atividade multidirecionada de António Ferro continuou quando, em 1937, usando o pseudónimo de Jorge Afonso, redigiu o argumento do filme *A Revolução de Maio*, em colaboração com António Lopes Ribeiro. Essa película foi estreada no cinema Tivoli em Lisboa e passada ao público visitante da Exposição Internacional de Paris, de que foi comissário-geral em 1937. Foi ainda nesse ano que o SPN criou os circuitos de cinema ambulante que haveriam de visitar algumas terreolas e lugarejos portugueses.

1938 ficou identificado como um tempo de grande celebração da cultura popular através do concurso da Aldeia Mais Portuguesa de Portugal, enquanto 1939 trouxe a Ferro mais um cargo de comissário-geral de exposições, desta feita em Nova Iorque e em São Francisco. Os festejos da “Nação” prosseguiram em 1940 com as Comemorações do Duplo Centenário e com António Ferro a desempenhar o papel de secretário-geral da Comissão Executiva das mesmas.

No ano seguinte, o SPN lançou a icónica *Panorama, Revista de Arte e Turismo*, que contava com a direção literária do poeta Carlos Queirós, e artística do pintor Bernardo Soares. Em 1941 Ferro acumulou a função de presidente da Emissora Nacional, o que veio a revelar-se favorável à divulgação da política folclorista promovida e incentivada pelo Secretariado. 1941 foi ainda o ano dos Concursos das Estações Floridas, da fundação do Círculo Eça de Queiroz e da estreia do grupo Verde Gaio no Teatro de S. Carlos, em Lisboa, com o bailado *D. Sebastião*, de cujo argumento António Ferro fora autor, inspirado na história e no folclore nacionais. Num texto apresentado aos microfones da Emissora Nacional, em 8 de novembro de 1940, intitulado “Apresentação dos Bailados Populares”, Ferro defendeu que a dança concentrava em si “tudo quanto de elevado existe em cada povo” (Ferro, 1940), servindo, por isso, para educar e afinar o gosto e a sensibilidade.

A intensa ação de António Ferro em prol do turismo teve um momento marcante quando, no ano de 1942, foi inaugurada a primeira pousada em Elvas, tendo essa ocasião coincidindo com a apresentação do plano das Pousadas de Turismo. Em 1944, Ferro assumiu a direção do SNI e, quatro anos depois, inaugurou o Museu de Arte Popular no dia 15 de julho de 1948. Intervieram na implementação deste museu os arquitetos Veloso Reis e Jorge Segurado, os artistas Thomaz de Mello (Tom), Estrela Faria, Carlos Botelho, Manuel Lapa, Paulo Ferreira e Eduardo Anahory, e o etnógrafo Francisco Lage. Na sua abertura, Ferro declarou que o espaço representava um “exemplo de soberania espiritual, da nossa profunda diferenciação, retrato da alma de um povo que não quer renunciar nem à sua graça nem ao seu carácter” (Ferro, 1948), tendo ainda admitido que a ideia da criação de um museu como este tomara novo fôlego com a concretização do Centro Regional na Exposição do Mundo Português. O Museu de Arte Popular surgia como evidência da campanha em defesa de uma arte moderna profundamente nacional, e como prova de que o povo era sempre o artista mais novo, mais espontâneo, e mais atual de todas as épocas (*ibidem*).

Curiosamente, um ano depois da abertura de um espaço tão simbólico para a propagação da cultura popular tal como esta era preconizada pelo regime, António Ferro foi nomeado ministro de Portugal em Berna, em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas, vendo-se, desta forma, afastado das lides da propaganda e do turismo. Uma curta carreira diplomática levou-o a desempenhar a sua derradeira tarefa ao serviço da “Nação” em Roma, na altura em que a legação portuguesa foi elevada ao estatuto de embaixada.

António Ferro faleceu em Lisboa no ano de 1956, no seguimento de uma cirurgia menor, mas da qual Salazar tentara aparentemente dissuadi-lo.

3. O significado e a importância ideológica do turismo no início do Estado Novo: a exceção da Costa do Sol

Desde a sua criação no ano de 1933, e mesmo ainda antes de a atividade ter passado formalmente a pertencer às pastas do primeiro secretariado de António Ferro, o que sucedeu por determinação do decreto-lei n.º 30:289 de 3 de fevereiro de 1940, o “problema do turismo” sempre ocupou a agenda do órgão oficial de propaganda dos primeiros anos do regime de Salazar.

A par da profusão legislativa que visava regulamentar o setor e enfatizar o seu carácter patriótico, inúmeras vezes evocado em ocasiões de maior ou menor solenidade, os anos Trinta e Quarenta assistiram a uma série de iniciativas, das quais serão aqui evocadas apenas algumas para comprovar a crença de que ao turismo era atribuído um papel significativo enquanto ferramenta de divulgação e de validação ideológicas do jovem regime do Estado Novo.

**Motociclistas junto
ao Hotel Palácio**
[AHMCSC/AEMP
HPL/A/001/619]



Em 1934 a União Nacional reuniu, pela primeira vez, em congresso com o propósito de enaltecer os feitos até então alcançados pelo novo paradigma político. Face à importância atribuída pelo regime a este encontro é deveras significativo e pertinente que sete das comunicações reproduzidas nas atas do mesmo tenham versado o setor turístico, descrevendo-o como potenciador de orgulho nacional e veículo preferencial para a exibição da história nacional e da cultura popular.

Dois anos mais tarde, aconteceu o maior congresso até então realizado em Portugal e que tinha como tema precisamente o turismo, o I Congresso Nacional de Turismo, o que, de novo, evidencia a atenção dedicada à indústria do lazer pelo regime. Nele o Estoril de Fausto Figueiredo foi um tema constante. O orador da sessão inaugural do congresso, Roque da Fonseca, diretor do Automóvel Club de Portugal, onde também ocupou a função de presidente da comissão de turismo, e membro da Comissão de Turismo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, alertou para a necessidade de se edificar grandes hotéis de luxo no grande centro turístico dos Estoris (vd. Fonseca, 1936: 50). Álvaro Viana de Lemos, por seu turno, sugeriu a construção de uma estrada marginal entre Lisboa e os Estoris (Lemos, 1936: 4). Além disso, o programa cultural e social preparado para os delegados incluía visitas a Cascais e aos Estoris, bem como um jantar de gala e de encerramento do encontro no Hotel Palácio do Estoril, exaustivamente documentados em duas edições de janeiro de 1936 do *Diário de Notícias* (vd. *Diário de Notícias*, 14 de janeiro de 1936: 6, e *Diário de Notícias*, 17 de janeiro de 1936: 6). Também a publicação “O SÉCULO” e o *Congresso*, suplemento de o jornal *O Seculo*, de 13 de janeiro de 1936, se ocupava deste grande evento nacional e naturalmente que o espaço idealizado por Fausto de Figueiredo mereceu grande parte da atenção da separata. Assim, a página 8 exibía onze caixas publicitárias que divulgavam infraestruturas hoteleiras e turísticas localizadas nos Estoris, como o sumptuoso Hotel Palácio, ou o Hotel de Inglaterra. Havia referências a atividades e a espaços recreativos como o casino, o golfe, o ténis e o hipismo, bem como às termas, à praia e à piscina do Tamariz.



Vista aérea do Estoril, c. 1930
[AHMCSC/AEMP
HPL/A/001/004/625]

**Banhistas na
Praia do Tamariz**
[AHMCSC/AEMP
HPL/A/001/424]



**Banhistas na
Praia do Tamariz**
[AHMCSC/AEMP
HPL/A/001/693]



**Campo de Golfe
do Estoril**
[AHMCSC/AEMP
HPL/A/001/076]



Também a existência de uma livraria inglesa e de uma loja de lãs estrangeiras, que vendia artigos regionais e fatos de banho, pareciam ser importantes chamarizes para os turistas, tendo sido, por isso, chamadas a figurar neste anexo. Era igualmente publicitada a existência de comboios elétricos que, de meia em meia hora, chegavam ao Estoril, e as páginas 9 e 10 mostravam textos publicitários alusivos a empresas de camionagem, cargueiros, agências e companhias de navegação, carreiras aéreas entre Lisboa e Londres, e naturalmente às ligações a Madrid e a Paris através do Sud Express (vd. *O SÉCULO* e o *Congresso*, suplemento do jornal *O Século*, de 13 de janeiro de 1936: 8-11).

Ainda no âmbito das iniciativas agenciadas pelo regime de Salazar que deveriam servir para exponenciar o turismo, alargando a oferta, de modo considerado adequado, aos diversos grupos que compunham a sociedade da “Nação”, urge igualmente referir a criação, em 1935, da Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, cujo objetivo oficial seria proporcionar às classes trabalhadoras formas de lazer e de turismo adequadas aos seus interesses, mas que, na prática, se assemelhavam mais a momentos de doutrinação ideológico, durante os quais os participantes eram guiados através das mais válidas representações da “Nação”.

Ainda na década de Trinta teve lugar um dos mais simbólicos momentos da institucionalização do regime e que, ao mesmo tempo, serviu para criar um imaginário turístico ainda hoje reproduzido. O concurso Aldeia Mais Portuguesa, acerrimamente apadrinhado por António Ferro, serviu, em 1938, para identificar alegados ícones da nação portuguesa numa ação, cujo resultado viria a ser aproveitado quer em narrativas políticas, quer em narrativas turísticas.

Igual relevância em termos da pertinência atribuída ao turismo pode ser reconhecida, por exemplo, na organização de inúmeras feiras e exposições nacionais e internacionais, também elas palcos simultâneos de representações políticas e turísticas, como foi o caso da I Mostra Internacional de Arte Popular, em Genebra, no ano de 1935, da Exposição Internacional de Paris, em 1937, ou da icónica Exposição do Mundo Português, no segundo semestre de 1940.

Termas do Estoril
[AHMCSC/AEMP
HPL/A/001/707]

**Banhistas com
pranchas de
madeira na
Praia do Tamariz**
[AHMCSC/AEMP
HPL/A/001/781]



Porém, havia um espaço diferente e único onde era permitido e fomentado um tipo diferente de turismo, cujos propósitos passavam igualmente pelo aproveitamento, para fins de propaganda ideológica, de uma atividade à partida tão inocente e despretensiosa como a turística parece ser.

Em 30 de setembro de 1934, *O Século* afirmava que “[a] Costa do Sol é, com justíssima [sic] razão, um motivo de orgulho para a capital do País, pois rivaliza com as mais célebres estâncias de turismo estrangeiras” (*O Século*, 30 de setembro de 1934: 10). O conteúdo desta referência não constitui, contudo, uma novidade, pois, a zona costeira designada como Estoris, que incluía Monte Estoril, Santo António do Estoril, São João do Estoril e São Pedro do Estoril, ou rótulo mais abrangente de Costa do Sol, que cobria a extensão entre São Julião da Barra e o Guincho, indicavam havia já algum tempo um significativo pólo de atração turística. As termas, o clima, a proximidade da capital e o glamour associado aos seus visitantes terão naturalmente contribuído para tal.

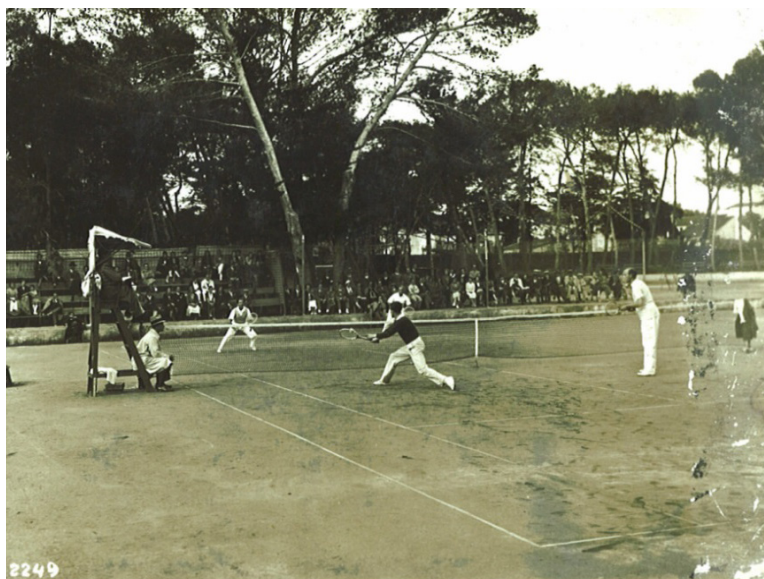
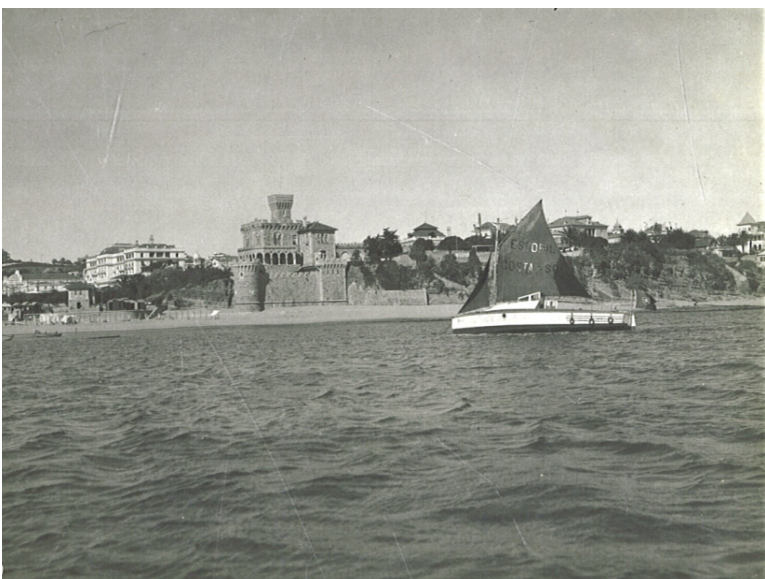
Além disso, para o desenvolvimento inicial dos Estoris terá sido fundamental a tendência crescente à época que defendia o tratamento do corpo e da mente, resultante do movimento higieno-sanitário oitocentista, e que parecia encontrar nesta costa o terreno ideal para vingar. A maior parte dos espaços termais e de banhos sítos por estes lados encontrava-se instalada em edifícios sofisticados que, além das terapias, ofereciam as condições necessárias à prática dos desportos de ar livre, como o ténis, a vela, a natação e o remo, que começavam também a ser divulgados em Portugal, primeiro pelas elites endinheiradas estrangeiras, depois pelas nacionais. O culto deste bem-estar físico entendia agora a pele bronzeada como um sinal de riqueza, indicativo da abundância de tempo e de recursos financeiros que permitiam despender algum tempo em estâncias de veraneio como a concebida por Fausto de Figueiredo.

**Barco à vela junto
à Praia do Tamariz**

[AHMCSC/AEMP
HPL/A/001/512]

**Partida de ténis
no Campo de Ténis
do Estoril**

[AHMCSC/AEMP
HPL/A/001/558]





**Baile no Casino
do Estoril**

[AHMCSC/AEMP/HPL
A/002/008]

Este fator foi exponenciado durante o regime de Salazar por via da promoção feita da prática desportiva como meio para se chegar ao idealizado Homem Novo, enquanto símbolo da regeneração moral e física pretendida para o povo português. A designação utilizada durante o Estado Novo para aludir a este espaço, Costa do Sol, começara já a ser ouvida no ano de 1928. Pouco a pouco, mais do que uma designação geográfica, este rótulo passou a representar um habitus de vida e de lazer único no universo das rotinas turísticas autorizadas pelo regime político permitido pela revolução de 1926. Na verdade, arquitetavam-se para este microespaço ousados padrões sociais e de lazer para inglês ver (como referiram, por exemplo, Branca de Gonta Colaço e Maria Archer, no ano de 1943) com o intuito de demonstrar ao exterior a imparcialidade nacional, anunciada por Salazar em setembro de 1939.

A Linha do Estoril surgia, assim, como um espaço que acolhia a diferença, e que funcionava como um bilhete-postal destinado fundamentalmente ao público estrangeiro, a quem era transmitida a mensagem de que esta era uma “Nação” tolerante e multifacetada, que aceitava até os hábitos e costumes pautados por um luxo e por uma sofisticação que destoavam daquilo que era apregoado e permitido à maioria da população nacional.

O seminário *Os 100 Anos do Projecto Estoril: 1914-2014* evoca a data de 20 de maio de 1914, ocasião em que Fausto de Figueiredo exibiu na Assembleia Nacional a brochura *Estoril, estação marítima, climática, thermal e sportiva*. A divulgação institucional deste projeto de planeamento e desenvolvimento do Estoril serviu igualmente para apresentar a Sociedade Figueiredo e Souza Limitada enquanto entidade dinamizadora da construção e da exploração dos hotéis, casinos,

António Ferro



estabelecimentos termais, jardins e parques a construir nos terrenos recentemente adquiridos. Esse documento derrubou qualquer dúvida que pudesse existir quanto à vontade de Fausto de Figueiredo de transformar realmente o Estoril numa estância de renome internacional. O plano foi intensamente promovido junto das embaixadas acreditadas em Portugal e divulgado pela imprensa nacional e estrangeira, e o êxito e o renome pretendidos parecem ter sido de facto alcançados a fazer crédito, por exemplo, na imprensa mais ou menos especializada da época, como é o caso da publicação *Rádio Nacional*, que referiu em dezembro de 1937:

“Hoje, o Estoril é a capital da linha de Cascais, por ser onde mais capital se tem gasto. E há uma coisa que caracteriza especialmente o Estoril: é o fausto. Façam o que fizerem as outras terras, a verdade é que nenhuma outra tem aquele fausto: largas avenidas asfaltadas, grandes palacetes, hotéis vastos, casinos, parques com palmeiras, é fausto em tudo e por todos os lados.”

[*Rádio Nacional*, 12 de dezembro de 1937: 5]

4. António Ferro, um anfitrião na Costa do Sol

Mas qual foi, então, a relação entre António Ferro e a glamorosa Costa do Sol sonhada e projetada por Fausto de Figueiredo? Tal envolvimento ocorreu de forma plena, pois que se concretizou quer no âmbito oficial, quer num âmbito mais pessoal, como irá ser demonstrado de seguida. Essa dualidade identifica e comprova o modo incontestável como a Costa do Sol e todo o luxo e a sofisticação que lhe estavam associados representavam oficialmente aquilo que de melhor a “Nação” podia exibir a visitantes ilustres, sobretudo estrangeiros, e dos quais se pretendia um retorno sob a forma de propaganda positiva do novo regime português.

Em 1931, ainda antes de ser diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, Ferro fundou o Sindicato Nacional da Crítica e, nesse âmbito, organizou, em Lisboa, o IV Congresso da Crítica Dramática e Musical, que contou com a presença de Pirandello, Robert Kemp, Fabre Le Bret e Gerard Bauer, entre outros. O programa cultural preparado para acolher os congressistas incluiu diversas atividades, entre as quais um périplo pela zona dos Estoris para o que foi especialmente fretado um comboio.

Quatro anos depois, no ano de 1935, e já em plena chefia do dispositivo propagandístico que ele próprio terá convencido Salazar a criar, Ferro convidou um grupo de intelectuais estrangeiros para visitar Portugal. Maurice Maeterlink, Pirandello, Gabriela Mistral, Miguel de Unamuno e outros conceituados vultos culturais de então aceitaram o convite que incluiu uma verdadeira digressão por Portugal, guiada por António Ferro. Assim, após terem sido recebidos por Fernanda de Castro, esposa de Ferro, na Estação de Santa Apolónia, os visitantes embarcaram num périplo que começou em Lisboa, onde ficaram a conhecer os bairros antigos da capital. O programa proporcionava igualmente a reconstituição de um grandioso torneio medieval no Mosteiro dos Jerónimos, bem como visitas a museus e a monumentos, e a participação nas Festas de Lisboa e em outros momentos etnográficos e folclóricos. Posteriormente, foram mostrados aos convidados destinos como Curia ou Viana do Castelo, e naturalmente também o Estoril, sempre na companhia do melhor guia do regime, António Ferro.

Esta terá sido uma das iniciativas mais simbólicas dos primeiros anos do Secretariado, e tinha claramente a função de apresentar a nova “Nação” a reconhecidos vultos culturais internacionais numa ação que, à partida, parecia ser fundamentalmente turística, mas cujo objectivo principal era transformar estes convidados em promotores da nova “Nação” pelo mundo fora. Considerando o cuidado atribuído à escolha dos locais que os intelectuais convidados deveriam visitar e apreciar, é particularmente importante constatar como, mais uma vez, a zona dos Estoris fez parte de um itinerário criteriosamente escolhido.

Inúmeras publicações internacionais de Junho e Julho de 1935, como a *ABC*, *El Debate*, *Le Figaro* ou o *Daily Mail* elogiavam a viagem admiravelmente organizada por António Ferro e destacavam os encantos dos Estoris e da Costa do Sol, em geral, e com particular referência à estância termal, como fez Fernandez Florez no *Diario de Madrid*, 30 de junho de 1935. Também num dos volumes da obra *Ao Fim da Memória*, Fernanda de Castro refere esta como tendo sido uma “quinzena extraordinária mas difícil, inolvidável mas exaustiva” e na qual o marido, António Ferro reunira em Portugal a “fina-flor da intelectualidade europeia” (vd. Castro, 1988).

Este tipo de convites repetiu-se, sempre com o mesmo objetivo oficial: mostrar ao mundo a forma como Portugal recuperava de anos de tumultos e instabilidade, enquanto a restante Europa era vítima de conflitos bélicos. Pretendia-se que os convidados replicassem esta informação nos países de origem, em suma, que fossem eles os turistas que propagandeavam o novo estado português. Os *Cadernos da Revolução Nacional. Portugal de Ontem. Portugal de Hoje. Portugal de Amanhã* referem as visitas destes intelectuais como sendo “óptimos elementos para que o nosso País, as suas instituições, a sua índole, a sua arte e as suas belezas panorâmicas e riquezas artísticas sejam mais conhecidas, mais justamente apreciadas no Estrangeiro” (*Cadernos da Revolução Nacional. Portugal de Ontem. Portugal de Hoje. Portugal de Amanhã*, s/d: 63). Por seu turno, o próprio António Ferro afirmou que os convites tinham o objetivo de “esclarecer” a opinião política internacional sobre o “caso português” (Ferro, 1943: 14-15). Independentemente dos fundamentos oficiais para as incursões, certo é que se terão tratado de momentos, nos quais o turismo esteve claramente ao serviço da propaganda da “Nação” em cenários arquitetados e supervisionados pelo principal responsável da propaganda da “Nação”.

5. A família Quadros Ferro na Costa do Sol

Escute-se, de novo, a voz de Fernanda de Castro para melhor se compreender, agora, o vínculo pessoal que unia Ferro e a família Quadros Ferro, em geral, à Costa do Sol, nomeadamente através da ligação da família à Quinta da Marinha, onde passavam longos períodos de férias, e ainda de um empreendimento hoteleiro a cargo precisamente de Fernanda de Castro.

A propósito da primeira, a escritora conta-nos, na já citada obra *Ao Fim da Memória*, deliciosos episódios acerca das rotinas de sociedade que aconteciam por aquelas paragens:

Durante quinze anos tive a sorte de ter uma casa, alugada, na Marinha de Cascais. Primeiro uma casa bastante pequena, completamente escondida entre os 32 pinheiros. Mais tarde, já não sei porquê, mudámo-nos para uma muito maior, muito bem situada, actualmente o Clube da Marinha. A Quinta da Marinha era deliciosa, ainda hoje o é, embora mais poluída e muito menos arborizada. Naquele tempo havia cerca de vinte casas dentro da quinta e, em todas ou quase todas elas, moravam amigos ou pelo menos pessoas com que mantínhamos relações amigáveis (...). Passávamos a vida em casa uns dos outros e inventávamos mil maneiras de nos divertirmos: campeonatos de brídege, de canasta e de boules, concursos de gastronomia, piqueniques, etc.

[Castro, 1988: 32]

O segundo exemplo do envolvimento pessoal de António Ferro e família com esta zona remete para uma iniciativa em que Fernanda de Castro foi empresária hoteleira. A propósito desta aventura que foi o Solar D. Carlos, empreendida após a morte de Ferro, pode ler-se o seguinte ainda em *Ao Fim da Memória*:

Resisti, sem mérito, a uma senhora que me propunha sociedade para a instalação dum pequeno hotel em Cascais. A ideia pareceu-me disparatada. Um hotel, porquê? Que sabia eu de hotéis, de instalações de hotéis? Absurdo. ...Até ao momento em que deparei com uma espécie de solar, no velho Cascais, com todos os rodruquinhos a que não sei dizer que não: capela com magníficos azulejos do século XVIII (...), sala de música com frescos em relativo bom estado de conservação e dois jardins provincianos, autênticos jardins de curé, absolutamente irresistíveis.

(...) A luta foi dura mas curta: formou-se a sociedade, arranjou-se dinheiro – nunca tive nada a não ser crédito –, alugou-se a casa e assim nasceu o Solar de D. Carlos.

Demos um suspiro de alívio, a minha sócia e eu, quando ao fim de quatro anos pudemos trespassá-lo sem prejuízo moral nem material, e até com um certo lucro (...). Ninguém compreendeu então que abandonássemos um negócio que, de certo modo, ia de vento em popa, mas ela e eu sabemos, sabemos muito bem porquê! O trabalho era de matar. Amáveis, ambas, por natureza, não tendo nem uma nem outra o mínimo profissionalismo, recebíamos os hóspedes como se fossem amigos íntimos, o que,

evidentemente, era bom para eles, mas extenuante para nós. Chegávamos à noite sorvidas, esmagadas pela simpatia, pela cortesia, pela amizade, por um pouco diria pelo amor dos nossos hóspedes – desde Lord e Lady Glasgow, que nos convidaram para o seu castelo do século XII, na Escócia, recheado de fantasmas, ou uma Miss Lovet-Hamilton, descendente da famosa Lady Hamilton, que queria à viva força dar-nos de presente móveis e tapetes preciosos que tinha na sua casa de Londres e que, dizia ela, não lhe faziam a mínima falta, até Marguerite Yourcenar, que passava os dias escrevendo no jardim.

[Castro, 1988: 43]

6. A memória de Ferro

Foi inicialmente referido que António Ferro terminou a sua vida pública como diplomata em Berna e em Roma. Voltou ainda a Portugal, onde veio a falecer no ano de 1956. As autoridades da Costa do Sol, nomeadamente os agentes da indústria turística, fizeram também parte das vozes que se manifestaram nesse momento. O *Boletim da Junta de Turismo do Estoril*, de 15 de novembro de 1956, poucos dias após o óbito, na rubrica “Apontamento da Semana” escreveu que a “obra deste homem está palpável, visível, patente aos olhos de nós todo”, caracterizando-o como um “renovador das letras e das artes” e como um “homem de rara visão para as coisas de turismo, campo onde sobretudo a sua acção mais se fez sentir” (*Boletim da Junta de Turismo do Estoril*, 15 de novembro de 1956).

Em janeiro de 1957, o boletim de informações da Junta de Turismo do Estoril, *Costa do Sol*, publicou o artigo “Morte de António Ferro”, de Augusto d’Esaguy (este artigo replica uma carta de Augusto d’Esaguy dirigida a Fernanda de Castro no ano anterior, logo após o óbito de António Ferro), de onde se destacam afirmações de emoção e consternação nos meios artísticos, político e social pela morte de Ferro (vd. d’Esaguy, 1956)

Por deliberação da Câmara Municipal de Cascais, em 16 de fevereiro de 1968, a toponímia da zona eternizou o vínculo ao batizar como Rua António Ferro uma artéria de São João do Estoril.

Esta sumária apresentação encontra-se naturalmente longe de esgotar os vínculos conhecidos e outros ainda por identificar que terão unido António Ferro e Fausto de Figueiredo, nomeadamente como resultado da existência de um espaço tão multifacetado e significativo como o Estoril. Pretendeu-se somente aludir a encontros e partilhas com o propósito de exaltar dois vultos ímpares que agenciaram atividades e iniciativas determinantes para a atual cultura turística portuguesa.

À laia de remate, quem melhor do que a própria esposa e companheira de António Ferro, Fernanda de Castro, para concluir acerca do que aqui se apresentou? Numa crónica manuscrita, não datada e intitulada “Lisboa-Sintra-Cascais-Lisboa”, a escritora sintetiza aquilo que se pretendeu transmitir com esta intervenção, i.e. a intensidade da relação entre António Ferro e os Estoris, quando afirma:

a beleza decorativa e cenográfica dos Estoris e de Cascais já não detêm António Ferro, pois que ele já lhe conhece todas as manhas.

[Castro, 19(??): 43]

• Agradecimentos

A autora agradece a disponibilidade e a amabilidade da Fundação António Quadros – Cultura e Pensamento, na pessoa de Mafalda Ferro, sua presidente, que, mais uma vez, facultou livre acesso ao acervo de António Ferro.

• Bibliografia

Boletim da Junta de Turismo do Estoril, 15 de novembro de 1956.

Cadernos da Revolução Nacional. Portugal de Ontem. Portugal de Hoje. Portugal de Amanhã (s/d). Lisboa: Edições SPN.

Castro, Fernanda de (2007) *Ao Fim da Memória II*. Mem Martins: Círculo de Leitores. Coleção Obras Completas de Fernanda de Castro.

Colaço, Branca de Gonta e Maria Archer (1999) [1943] *Memórias da Linha de Cascais*. Edição Fac-similada. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Cascais e Câmara Municipal de Oeiras. Parceria A. M. Pereira.

Diário de Madrid, 30 de junho de 1935. Fundação António Quadros, recorte disponível em CAIXA 005A - recortes de imprensa acondicionados em capilhas ou cadernos. Capilha IV - Visita dos intelectuais estrangeiros, 1935/1936.

Diário de Notícias. Ano 72.º, N.º 25023, 14 de janeiro de 1936.

Diário de Notícias. Ano 72.º, N.º 25026, 17 de janeiro de 1936.

Esaguy, Augusto d' (1956) Carta dactilografada com assinatura manuscrita de Dr. Augusto d'Esaguy, em papel timbrado da Junta de Turismo de Cascais, dirigida a Fernanda de Castro, 13 de Novembro. Fundação António Quadros, Processo "A propósito da morte de António Ferro".

Ferro, António (1936). Fundação António Quadros, Caixa 015A, AF.

_____ (1940). Fundação António Quadros, Caixa 015A, Envelope I.

_____ (1943). *Dez Anos de Política do Espírito. 1933-1943*. Lisboa: SPN.

_____ (1948). Fundação António Quadros, Caixa 015A, Discursos de AF, Envelope III. Informação n.º 1328 SNI.

Fonseca, Joaquim Roque da (1936) "O DISCURSO DO SR. ROQUE DA FONSECA, ORADOR OFICIAL DO CONGRESSO", in *I Congresso Nacional de Turismo*. IV Secção: 49-65.

Guerra, Cidalisa Maria Ludovino (2002) *Do fervor modernista ao desencanto do regime instituído. António Ferro (1895-1956) ou o Retrato de uma personalidade em luta*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses. Cultura Portuguesa Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Lemos, Álvaro Viana de (1936) "Excursionismo Popular – Turismo Médio", in *I*

Congresso Nacional de Turismo. II Secção.

O Seculo. 30 de setembro de 1934, Ano 54.º. Número 18.860.

"O SECULO" e o Congresso, suplemento de *O Seculo*, 13 de Janeiro de 1936, Ano 55.º. Número 19.335.

Rádio Nacional. 12 de dezembro de 1937. Ano I – N.º 20. Lisboa: Comissão Administrativa dos Estúdios das Emissoras Nacionais.

Portela, Artur (1987) *Salazarismo e Artes Plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.